

# Para além das métricas: o que faz uma academia qualificada?

Wescley Silva Xavier  
Amon Narciso de Barros

## INTRODUÇÃO

Este texto discute inquietações constantemente externalizadas nos eventos científicos da área de administração e em encontros com colegas, de forma particular, os que atuam na área de estudos organizacionais. O ponto de partida para as provocações lançadas são fruto de uma reflexão irrigada por inúmeros diálogos. Nesse sentido, formalizamos em texto questões que entendemos pertinentes, relacionadas aos critérios de avaliação que são utilizados para mensurar a qualidade do conhecimento produzido, os vieses geopolíticos que fazem com que a academia anglo-saxônica exerça um poder hegemônico sobre a produção local e os efeitos percebidos na academia nacional. Optamos por um



texto ensaístico, por entendermos que os pontos são polêmicos e que nossa intenção é de ensejar um debate.

Não buscamos representar o conjunto de opiniões que permeia o campo acadêmico da Administração ou dos Estudos Organizacionais. Ate-mo-nos a expressar pontos que nos parecem pertinentes a debates que vêm se desenrolando, ora de forma pouco estruturada, nos corredores de hotéis e centros de convenções, ora de forma mais estruturada, em intervenções que convidam ao debate claro sobre temas, como o papel do professor e da pesquisa na sociedade e na academia, (ver, por exemplo, Alcadipani, 2011a; 2011b; Bertero, Alcadipani, Cabral, Faria & Rossoni, 2013). Contudo, tais questionamentos acabam esquecidos ao submergirem nas realidades dos cotidianos vividos pelos docentes. Em certo sentido o dia-a-dia empalidece as experiências obtidas nesses fóruns de discussão, tanto em seus espaços formais quanto no ambiente informal que emerge nessas reuniões.

Dessa forma, vão se amontoando percepções sobre problemas, com os quais não se lida de frente. O adiamento dos debates e do esclarecimento de posições coletivas impede a percepção de que os problemas percebidos não são de cunho individual, mas sistêmico. Além disso, é difícil formar consensos sobre o que se silencia. Perguntas e soluções ficam no ar, mas se dispersam por não se



consolidarem em visões compartilhadas de forma mais incisiva em torno das quais grupos e posições possam se alinhar.

Creemos, então, que é acertado tentar formalizar percepções, ainda que transitórias, sobre questões que rondam a academia como um todo, mais os pesquisadores da Administração em particular (e talvez da área de estudos organizacionais em especial). Dois temas serão abordados neste texto, propondo um diálogo para o qual acreditamos que não há posições firmes e definitivamente estabelecidas na área. São eles: o papel dos fóruns de discussão (revistas e congressos) e a publicação de trabalhos em inglês.

## OS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO

A conversão de publicações em periódicos em pontos tem diversos impactos na academia. É preciso demarcar, inicialmente, que não duvidamos que os critérios de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) contribuíram e contribuem de forma positiva para o sistema de pós-graduação brasileiro. Contudo, na medida em que delineou parâmetros de avaliação do desempenho de docentes, desvelaram-se também os efeitos negativos. Dizer isso é “chover no molhado”. Mas, no espírito deste texto, é fundamental revisitar este tema.



Os critérios de avaliação das publicações estabelecidos pela CAPES servem uniformemente a todas as áreas. E, no fim, na linguagem cotidiana é, por vezes, traduzido na seguinte fórmula: com base no sistema de pontuação vigente até a última avaliação, era preciso publicar pelo menos cinquenta pontos por ano para ser professor de pós-graduação (duzentos no quadriênio, por ora, para sermos mais exatos). Até aí tudo bem. O raciocínio segue mais ou menos assim: quem se atém a esse número é porque se contenta com o mínimo. Logo, é preciso fazer tantos pontos quanto possível para mostrar que se está além dessa mediocridade. Por outro lado, como os cinquenta pontos não serviam como um teto para a contagem, os pesquisadores permaneciam sendo avaliados pela quantidade de textos que conseguem emplacar, e estes pontos, além do mínimo, servem para ranqueamento de bolsas e outros auxílios.

Interessante notar que a recente mudança no último ciclo de avaliação (2013-2016) tem possibilidade de modificar esta lógica, desde que os avaliadores se atenham efetivamente às principais publicações de cada autor. Dessa forma, se cria um estímulo para que a qualidade se sobrepusesse à quantidade de trabalhos e se incentiva a disputa pela publicação nos espaços mais nobres (as revistas situadas nos primeiros extratos do ranking de periódicos). Tende, ainda, a gerar um maior fluxo de artigos para os periódicos mais renomados da área e a forçar a internacionalização dos programas. Ao passo que essa iniciativa



parece ter efeitos principalmente positivos, os impactos reais que ela produzirá sobre acadêmicos, periódicos e processos de reconhecimento de mérito só poderão ser analisados *a posteriori*.

A avaliação das publicações, ou da disseminação de conhecimentos, não é exclusivamente ou intrinsecamente negativa – embora confundir instituições de ensino superior e fábricas de *commodities* seja. É salutar que os pesquisadores se sintam compelidos a disseminar seus achados, de forma a arejar permanentemente o campo. Além disso, como parte das pesquisas conta com financiamento público direto ou indireto, a divulgação dos resultados pode ser considerada um critério de transparência em relação ao uso de recursos. Por fim, o exercício da escrita é um elemento importante no estímulo à troca de ideias, contribuindo para o aprimoramento da capacidade de comunicação e diálogo.

Esse último ponto reitera a importância dos congressos e de discussões acadêmicas de alto nível, até para que o esforço da escrita seja menos ermo. Não obstante a existência de pesquisadores misantropos, há também os que sofrem de monofobia. É necessário também que os fóruns de discussão sejam tanto abertos quanto possíveis para, dessa forma, permitirem que os partícipes entrantes se exponham a críticas que possibilitem o avanço das ideias de forma mais dinâmica do que a interação propiciada pelas avaliações escritas. Também



entendemos que os congressos são importantes espaços de socialização que devem receber especialmente bem novos entrantes, para que eles possam tomar pé do *ethos* da academia, se inteirar das discussões que vêm sendo travadas e desmistificar os fóruns de debates. Fora que colocar um rosto simpático naquelas referências que antes eram só sobrenomes não tem preço – licença poética. Tem preço e, geralmente, muito elevado.

Contudo, há duas forças distintas que contribuem para o esvaziamento de congressos acadêmicos. Um deles é o fato de não contarem pontos na avaliação individual dos professores. Outro, indissociável do primeiro, é que os congressos, muitas vezes, custam muito caro (o Congresso anual da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais vêm sendo uma exceção ao praticar valores relativamente baixos, especialmente para alunos). Isso dificulta a participação de pesquisadores e professores já estabelecidos e quase impossibilita que alunos tomem parte nesses espaços. Isso é verdadeiro, mesmo em relação aos programas de pós-graduação que ajudam financeiramente pesquisadores e alunos, já que muitas vezes suas finanças são colocadas sob estresse para que possam auxiliar a ida de seus membros.

O valor elevado funciona como veto a alunos de graduação e de mestrado, principalmente se observamos que o principal congresso no campo da



Administração pode ter seu custo equivalente a uma bolsa de mestrado (ou mais), considerando dispêndios com deslocamento dependendo da região do autor. Se assumirmos que os programas são mais propensos a financiarem a participação dos docentes, ampliamos a possibilidade de mestrandos – e talvez doutorandos – terem trabalhos ligados aos temas de dissertação e tese apresentados pelos orientadores.

Isoladamente esta possibilidade não representaria grandes danos, à exceção do pós-graduando não participar de discussões que por ventura possam lhe gerar reflexões, que é uma perda irreparável. Todavia, esta premissa se faz perigosa quando observamos outro aspecto – que será tratado mais afundo posteriormente: a participação efetiva dos orientadores nos trabalhos que assinam coautoria. Não são poucos os casos em que os autores das ideias em discussão não estão presentes, tornando relativamente inócuas contribuições que possam surgir dos debates. Além disso, há o risco de quem apresenta o texto não estar implicado àquelas ideias, algo que por mais absurdo que seja, tem se tornado frequente quando orientadores pegam carona nas publicações de orientandos sem nenhuma preocupação com o sentido do termo autoria.

O efeito dessa prática é o que chamamos trajetória esquizofrênica dos pesquisadores, quando um mesmo autor, num curto espaço de tempo, assina

*papers* com perspectivas teóricas, epistemológicas e até ontológicas contraditórias, ascendendo uma vela para Deus e outra para o diabo, muitas vezes sem riscar um fósforo sequer, tornando silenciada qualquer discussão que passe por uma tomada de posição frente à apropriação teórica e empírica.

## OS LIMITES DA MÉTRICA E DA LÍNGUA

A questão idiomática foi abordada por Chanlat (2014) na Revista de Administração de Empresas, numa versão modificada do original publicado na *Gérer et Comprendre*. Chanlat (2014) nos chama a atenção para algo cujo debate não é novidade na academia brasileira. O autor francês destaca a predominância do modelo americano de produção científica no campo sobre os demais países a partir da primazia da língua inglesa, mas fundamentalmente, numa forma de organização do pensamento que é muito cabível a uma lógica linguística bastante comum a anglófonos.

Para sustentar este argumento, Chanlat (2014) discorre sobre o domínio do inglês em outros países como um fator que limita o próprio sentido cultural da forma de pensar que a língua nativa pode nos proporcionar, considerando que é através do conjunto de significados linguísticos que colocamos em prática nossa posição frente ao mundo, sendo esta mais racional ou emotiva. Neste sentido,





forma e conteúdo estariam intimamente ligados, afirma Chanlat (2014) baseado em Bourdieu (1982)<sup>1</sup>.

Na mesma linha, Rosa e Alves (2011) também puseram em questão se o conhecimento em gestão pode falar português e assim resistir à dinâmica colonial que coloca pesquisadores locais numa lógica subalterna face às suas contrapartes do mundo "ocidental", especialmente o anglo-saxão. No mesmo sentido, porém, de uma postura mais radical, o já clássico artigo de Spivak (1988/2010) aponta que a experiência subalterna (nativa) é substancialmente transformada por ter que ser traduzida em outros termos. Especificamente na área de estudos organizacionais, Alcadipani, Khan, Gantaman e Nkom (2012) ressaltam que o conhecimento do Sul Global encontra grande dificuldade de obter espaço nos centros hegemônicos.

Como indica Alatas (2003), na divisão global da produção do saber, o Norte Global costuma entrar com as teorias, enquanto o Sul se contenta com dispor de dados. Essa assertiva do autor é reiterada por Murphy e Zhu (2012) que apontam que os periódicos que são considerados globais ou de alto impacto, são completamente dominados pelos pesquisadores anglo-americanos. Esses dados apontam que publicar em tais veículos não é simplesmente uma questão de qualidade ou *fit* da

---

<sup>1</sup> Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.

pesquisa, mas passar também por relações de poder e, possivelmente, pessoais que se tornam mais uma barreira para pesquisadores de fora do Centro.

Cabe ressaltar aqui que o movimento que temos percebido na academia brasileira em geral é de subsunção à essa lógica, que tem recebido cada vez mais incentivo, talvez, por uma crença que a internacionalização nos leve necessariamente ao amadurecimento das publicações brasileiras. Um registro desta tendência pôde ser observado no VIII Workshop de Editoração Científica promovido pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), realizado em Campos do Jordão, em 2014. Neste encontro foi sinalizado pelos representantes da *Scientific Eletronic Library Online* (Scielo) que, dentre os requisitos exigidos junto aos periódicos da área de Ciências Sociais Aplicadas para indexação na base, a partir de 2016, estava o percentual mínimo de 20% de autores estrangeiros e 25% de artigos publicados em inglês.

Indiretamente políticas como estas adotadas pelos indexadores contribuem para a predileção por publicar em inglês, uma vez que atender estes critérios é condição *sine qua non* para fazer parte das principais bases indexadoras, e pertencer a estas, condição para uma boa avaliação no Qualis, sistema de classificação de periódicos científicos estabelecido em 1998 que, por fim, estabelece barreiras à concorrência por recursos junto a agências de fomento –



fundamentais para a manutenção de um periódico. Frigeri e Monteiro (2014) indicam que embora o Qualis tenha sido criado inicialmente para diferenciar a produção dos diferentes programas de pós-graduação, imediatamente levou ao direcionamento das pesquisas para revistas de extratos elevados.

Neste sentido, do lado dos autores brasileiros, talvez a pressão por publicar em inglês mesmo em revistas nacionais soe meio como um oxímoro, já que elas não ocupam o topo da estratificação da CAPES. Caso a escolha seja por escrever em inglês, o que tende a limitar a disseminação da discussão internamente, por que não enviar de uma vez para uma revista estrangeira? Além disso, é interessante considerar que com grau de proficiência considerado baixo estudantes brasileiros ocupam apenas o 40º lugar em proficiência em inglês (EF, 2016) no ranking com 70 países. Além disso, segundo pesquisa do *British Council* (2014) apenas cerca de 5% da população brasileira declara saber inglês. Mesmo entre os mais jovens, entre 18 e 24 anos, este número fica em torno de 10%. Destes, apenas 36% são fluentes na língua.

Neste sentido, o instrumento de avaliação produz efeitos políticos visíveis, de exclusão e hierarquização de publicações e pessoas. Indica à comunidade científica o que é considerado uma publicação de qualidade e o que não é, mas também quem está apto, *a priori*, a produzir este tipo de conhecimento. Como Silva

(2009) lembra, não se pode ignorar que a comunidade científica é composta por diversos indivíduos com interesses específicos e que buscam influenciar os mecanismos de acordo com suas visões particulares (ainda que construídas sobre uma noção de bem comum). Com o Qualis, ocorre um direcionamento dos trabalhos de acordo com seu potencial percebido, e torna-se mais difícil para periódicos entrantes conseguirem atrair textos de qualidade e financiamentos para suas operações, uma vez que os editais de agências como CNPq são destinados a periódicos de avaliação elevada e indexados em bases já consolidadas.

Assim, a ferramenta provoca um círculo vicioso que tende a reforçar as boas revistas e dificultar o ganho de espaço pelas menores. Como aponta Marques (2009), esse é o principal argumento dos críticos do sistema e da incorporação de métricas internacionais para a avaliação de periódicos nacionais. Ao analisar publicações na área de sociologia na Espanha, Piñero e Hicks (2015) perceberam que a diversidade de assuntos tratados pela academia do país não é e, por insuficiência das ferramentas, não pode ser refletida em métricas internacionais. Isso faz com que, devido ao sistema de incentivos da academia espanhola (e global) haja uma tendência para uniformização das discussões com a perda de espaço dos tópicos mais locais e a construção de uma agenda de pesquisa restrita.

Além disso como periódicos ligados a temas mais estudados e a áreas com mais pesquisadores atuantes tendem a ter Qualis mais elevado, corre-se o risco de criar um incentivo à diminuição da diversificação entre as revistas científicas nacionais. Merton (1968) nos deixa elucubrar outro efeito possível do ranqueamento de periódicos por percentil. Tomando como base o exemplo do Prêmio Nobel utilizado pelo autor, podemos afirmar que se resumíssemos os erros de classificação no topo a dois tipos: maus periódicos no topo e periódicos qualificados fora, veremos que o segundo é muito mais comum que o primeiro, o que cria uma falsa ilusão de acerto, tendo em vista que é um erro por ausência e, assim, menos fácil de constatar.

Acharya, Verstak, Suzuki, Henderson, Iakhiaev, Lin e Shetty (2014), por outro lado, perceberam que o número de referências a artigos publicados fora dos periódicos considerados de elite vem crescendo paulatinamente no mundo. Para os autores isso se deve à crescente facilidade de distribuição e acesso que coloca ao alcance dos pesquisadores não apenas listas específicas de periódicos considerados de impacto, mas que permite buscas em conjuntos não restritivos de arquivos de revistas científicas. Em certo sentido isso coloca em questão a sustentabilidade no médio prazo do atual modelo de avaliação da publicação do conhecimento.

Enquanto a internet não realiza todo o seu potencial, a predileção por engrossar o *lattes* tem obviamente produzido efeitos passíveis de críticas e reações. Dentre as críticas, destacam-se as que apontam para a perda de qualidade dos trabalhos publicados, dada a plausível correlação negativa entre número de artigos produzidos e qualidade dos mesmos num mesmo intervalo de tempo. Escrever é um processo artesanal e que se distingue dos processos de produção em larga escala adotado pelas grandes empresas, ou pelo menos deveria (Alcadipani, 2011).

Outra crítica diz respeito à maneira com que alguns pesquisadores encontraram para superar o limite de tempo e de energia para publicar em larga escala, sendo a saída a transformação de pesquisadores em gerentes de pesquisas nas quais orientandos devem se ocupar do trabalho de campo e da elaboração de *papers*. Sobre estas críticas vamos nos ocupar quando discutirmos o “avanço teórico” dentro do campo, mas é interessante adiantar que no sistema acadêmico é comum atribuir avanços ao nome mais conhecido e esquecer o nome menos frequente, o que pode tirar o mérito do autor que mais contribuiu para a produção de um trabalho (Merton, 1968).

Além das críticas, observamos também reações isoladas de pesquisadores frente à precarização das publicações em virtude da escala alcançada. A mais comum tem sido a resistência em entrar “no jogo” e manter-se fiel ao que se publica,



assumindo um sentido estrito do termo autoria, mesmo que isso custe publicar menos a cada ano ou triênio. Esta postura, entretanto, implica na perda de prestígio acadêmico e é mais possível para docentes atuando em programas de pós-graduação com notas menos elevadas na avaliação da Capes e que possuam estabilidade funcional.

A outra reação está intimamente ligada com as questões supracitadas, quando observamos a substituição das publicações em larga escala em periódicos nacionais pela publicação em menor número nos periódicos internacionais, em particular os de fator de impacto. Esse tipo de prática tem gerado também um sentido semelhante à primeira reação descrita por nós, dado que há uma ideia de um maior rigor por parte destes periódicos se comparado aos nacionais e, portanto, uma chancela de trabalhos publicados com mais qualidade.

Embora as motivações dessa última escolha sejam plausíveis e possivelmente verdadeiras, há uma ressalva que deve ser feita a esta investida. As linhas editoriais dos *journals* e as conversas com os colegas habitués nestas publicações nos indicam que é fundamental termos problemas de pesquisa que sejam de interesse internacional, em particular, que possam permitir um avanço teórico e reflexões para além do lugar de produção. E, também, que a aproximação teórica se dê a partir de abordagens reconhecidas pela academia anglo-saxônica.



Nossa reflexão não significa uma descrença frente à possibilidade de transposição de um conhecimento gerado num contexto para outro, menos ainda na potencialidade de avançarmos teoricamente a partir de casos singularmente brasileiros. Até porque é possível observar junto aos nossos pares pesquisadores que publicam em periódicos internacionais o tratamento objetos e peculiaridades locais. Todavia, vemos com alguma ressalva outros efeitos que a busca pela internacionalização pode provocar num país que apresenta em si fortes particularidades internas. Este ponto se torna ainda mais relevante se assumirmos que no campo da Administração os Estudos Organizacionais trazem para a pauta fenômenos sociais comumente ignorados, dado o empirismo que estes apresentam, por não serem vanguardas e por fugirem a uma racionalidade que não permitiria, talvez, o entendimento de uma realidade repleta de obviedade aos olhos de um estrangeiro.

Cabe destacar que esta preocupação não incomoda somente pesquisadores em países periféricos; não se trata de uma reserva de mercado da parte de baixo do tacho. Como exemplo tomamos o Manifesto de Leiden, escrito por Hicks, Wouters, Waltman, Rijcke e Rafols (2015) a partir das discussões travadas na *19th International Conference on Science and Technology Indicators*, e recentemente publicado na *Nature*. No manifesto os pesquisadores listam 10 princípios que





orientam a avaliação de publicações, dentre os quais dois nos são importantes aos argumentos desta provocação.

Abordaremos o primeiro deles nesta seção, estando intimamente relacionado à predileção por publicarmos em inglês, preferencialmente em periódicos internacionais. Kicks *et al.* (2015) destacam o risco dessa tendência de internacionalização em eliminar o importante engajamento regional e nacional das publicações, quando da discussão de questões ligadas a determinadas particularidades, principalmente nas áreas de ciências sociais e humanas. Como saída os autores apontam para a necessidade de fortalecer as métricas de qualidade dos artigos publicados em outros idiomas, considerando a relevância das publicações para questões locais.

Dessa forma, cabe refletirmos sobre a necessidade de preservar não apenas a singularidade das organizações que não se enquadram na ótica universal da administração, bem como as investidas de pesquisadores que busquem teorizar sobre estas peculiaridades, mesmo sobre diante da necessidade de internacionalização. Fugir disso, caso não caiba na pauta dos *journals*, seria regredir a uma visão limitada sobre a ideia de organização, invariavelmente aplicada a grandes corporações, com lugar de análise em fenômenos

estritamente urbanos analisados sobre perspectivas teóricas produzidas, em grande parte, nos países de centro.

Mas, para muito além das questões burocráticas, léxicas, idiomáticas ou sintáticas, todas de grande relevância, voltaremos nossa lente a outro aspecto que encaramos como crítico: trata-se da corrida pela internacionalização. Nossa preocupação diz respeito à primazia da escolha dos objetos em busca de uma universalização do conhecimento para que a publicação atinja as expectativas dos periódicos internacionais.

É importante, todavia, demarcar o que colocamos como universalização do conhecimento e como isso pode ir de encontro às peculiaridades que muitos dos objetos em estudos organizacionais apresentam. A universalização à qual nos referimos diz respeito a uma ideia de ciência como atividade para além das demais atividades produtivas desempenhadas pelo homem. Neste sentido, a amplitude da atividade científica a colocaria não como tratamento para os fenômenos particulares, mas sim aqueles passíveis de generalizações, que contemplem em si algo próximo da totalidade de explicações, o universal, distanciando-se da relação dialética com o aspecto particular dos objetos (Lukács, 1970).

## OS LIMITES DO AVANÇO TEÓRICO

O último ponto por nós abordado nessa provocação está mais uma vez intimamente conectado com os demais. Não seria exagero afirmarmos que o seccionamento deste texto foi, ao mesmo tempo, protocolar e muito difícil. Buscaremos expor nossas ideias sobre duas perspectivas: na primeira, concordante com a necessidade de fazer o campo avançar, lançamos algumas reflexões sobre práticas que podem coibir o avanço teórico; na segunda perspectiva retomaremos a ideia de um avanço teórico que pode representar a busca pela universalização da ciência, colocando em segundo ponto os aspectos singulares do objeto.

Nossa percepção sobre os relatos de ausência de avanço teórico tem origem em algo já retratado no texto. Estamos falando da primazia da quantidade sobre a qualidade. Conforme mencionado, há uma forte tendência em investimentos de tempo e de esforços em publicar mais artigos, mesmo que isso iniba a qualidade dos mesmos. Entretanto, essa investida não provoca apenas a perda da qualidade. Respinga também em outro mal com o qual a academia tem convivido de maneira agonizante.

Não obstante a escolha pelo aspecto quantitativo é perceptível que o currículo de uma parcela dos pesquisadores se mostra inflado, considerando o tempo necessário para que algo se torne publicável – e aí falamos de leituras diversas que levam à maturidade teórica, do trabalho de campo e do tratamento dos dados, além de uma reflexão e discussão sobre os próprios resultados. Enfim, seria quase impossível que estas etapas, se cumpridas, viabilizassem um volume elevado de publicação.

Em 2014, evidências sistematizadas por trás dessa produção de artigos foram desveladas por Paulo Ferraresi Pegino. Em sua tese de doutorado, defendida na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), Pegino (2014) constatou que um grande percentual das publicações dos pesquisadores que recebem bolsa de produtividade do CNPq tem origem em trabalhos dos orientandos. Para ser mais preciso, entre os pesquisadores “Nível 2”, 73% de todos os artigos publicados (aproximadamente 4300) entre 2009 e 2014 tem como responsáveis diretos orientandos. Em complemento, destaca Pegino (2014), apenas 16% dos artigos são assinados por estes pesquisadores como 1º autor.

Se sairmos desse grupo seletivo de bolsistas de produtividade, os dados são ainda mais alarmantes. Neste cenário, Pegino (2014) destaca que 83% dos artigos publicados na área de Administração (no período de 2009 a 2014) tiveram



orientandos como primeiros autores. Por fim, mas longe de esgotar a riqueza dos dados e análises expostos por Pegino (2014), cabe resgatar que o pesquisador mais produtivo dentro do grupo analisado publicou, no período supracitado, estrondosos 148 artigos, uma média de dois trabalhos publicados em periódicos a cada mês.

Longe de pensarmos uma generalização para definir e caracterizar o universo de pesquisadores na área, entendemos que estes números são alarmantes. A distribuição das publicações no tempo sinaliza que estamos diante de muitos pesquisadores que mais acompanham seus orientandos e os estimulam a publicar, talvez de maneira desenfreada, do que se engajam diretamente em pesquisas próprias. E mais grave, naturalizam esse tipo de prática na formação dos futuros pesquisadores e docentes. Ou, na melhor das hipóteses, pesquisadores seniores com alta capacidade para desenvolver ideias e pesquisas de impacto que, contudo, passam a se dedicar principalmente ao acompanhamento do desenvolvimento das ideias de seus alunos de modo a permanecer “competitivo” no ambiente acadêmico, ou mesmo para preparar seus alunos para entrar com chances na disputa por vagas escassas.

A relativa dependência dos pesquisadores frente a seus orientandos configura uma heterogeneidade de temas no conjunto de publicações. Além disso, coíbe o



referido avanço teórico por uma escassez de evidências empíricas dentro de um mesmo tema, uma vez que a descontinuidade acaba por ser notada na medida em que orientandos acabam assumindo seus interesses de pesquisa, em particular durante o doutorado. Se postas no divã, estas publicações permitiram um diagnóstico de já referida relativa esquizofrenia, dada as inconsistências epistemológicas e teóricas, não por serem frutos de um amadurecimento intelectual, mas por terem origens nos interesses diversos dos orientandos.

É necessário ressaltar uma vez mais que não estamos generalizando este cenário a todos os pesquisadores. Seria leviano também imaginar que em publicações nas quais os orientandos são primeiros autores há um processo totalmente passivo dos pesquisadores. Somos sabedores da seriedade com que muitos dos docentes tratam os processos de orientação, assim como as aulas ministradas na graduação e pós-graduação, além de inúmeras outras atividades que certamente reduzem o tempo de dedicação às pesquisas de maneira que as mesmas possam apresentar resultados e avanços relevantes. Entretanto, acreditamos ser de grande importância encararmos estes números como algo que pode inibir o avanço teórico, uma vez que os dados sinalizam o afastamento dos pesquisadores que são tidos como referência das atividades de pesquisa.

As preocupações lançadas permitem ao leitor entender que também compactuamos com a ideia da baixa contribuição teórica dos artigos publicados na área de administração, especialmente nos Estudos Organizacionais. Entretanto, acreditamos serem necessárias algumas ressalvas na busca pelo avanço teórico. Na seção anterior estabelecemos que a internacionalização pode contribuir para a escolha de temas que façam parte de uma agenda de pesquisa que seja de interesse destes "journals", e portanto, que inibam as investidas na área de Estudos Organizacionais em objetos singulares, muitas vezes deixados de lado quando a ideia de uma ciência universal é tomada a cabo. No nosso entendimento, o caráter universal e as particularidades não são elementos dicotômicos, embora em muitos casos o segundo seja rechaçado em função do primeiro. Trata-se, então, de uma relação dialética entre o particular e o universal que nos indica que os fenômenos organizacionais particulares contêm em si o conjunto de contradição entre centro e periferia, quando postos diante do universal. Em síntese, a necessidade de preservar organizações *outsiders*, bem como o conhecimento a partir delas gerado, é um exercício que revela as próprias contradições existentes, tanto na produção do conhecimento na administração como na realidade que faz emergir tipos diferentes de organizações.

Recobrando uma vez mais outro princípio descrito por Hicks *et al.* (2015) no Manifesto de Leiden, os autores destacam ser necessário o reconhecimento de estudos que busquem investigar e solucionar questões locais, mesmo que estas não se estabeleçam na fronteira do conhecimento. Neste caso, o mérito deve recair mais sobre os avanços gerados para a sociedade que os potenciais avanços acadêmicos.

Diante dessa perspectiva, quais seriam os riscos de assumir a qualquer custo a necessidade de um avanço teórico? Para nós, abre-se mais uma vez – assim como na internacionalização – a possibilidade de uma primazia das formulações gerais em detrimento das particularidades do objeto. Em parte, essa preocupação é reforçada quando pensamos que em muitas de nossas pesquisas os objetos de estudos são literalmente objetos quantificados em *papers* ou ilações teóricas, sem que os problemas que eles nos reservem sejam discutidos com os próprios. Falamos, além da determinação externa de uma agenda de pesquisas, da possibilidade das mesmas se tornarem ainda mais restritas aos gabinetes dos pesquisadores, salas de congressos e revistas acadêmicas. Além disso, do risco de organizações formadas por indivíduos que não se enquadram numa ótica de racionalidade serem deixadas de lado nos Estudos Organizacionais por não proporcionarem “avanços teóricos”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto tem como objetivo discutir inquietações constantemente externalizadas nos eventos científicos da área de administração, e de forma particular, no campo dos estudos organizacionais. Com base em nossas observações sobre depoimentos acerca da efetividade dos congressos, e que trazem em si questões outras que os eventos, colocamos em discussão três pontos: a própria inocuidade dos eventos acadêmicos no fazer avançar os trabalhos considerados em desenvolvimento; a necessidade de publicarmos em inglês, e preferencialmente no exterior; as contradições do necessário, porém discutível, avanço teórico.

Diante destes dois nortes, adiantamos que não temos um ponto de chegada, mas sim de partida. Estes foram desenvolvidos aqui a partir de um incômodo que nos atinge, cujo ponto de interseção é sempre o atendimento às métricas da CAPES, em particular a submissão de nossas pesquisas a uma universalização típica da própria ciência.

Sobre o papel dos fóruns, suscitamos dois pontos que merecem reflexão. O primeiro deles diz respeito à rotatividade dos participantes, que de certa forma, inibe o processo de maturidade dos trabalhos em função da descontinuidade.



Creemos que este fenômeno se deve aos elevados custos dos eventos, bem como a não importância dos mesmos para a pontuação dos pesquisadores de acordo com os parâmetros da CAPES. Quando da participação destes mesmos pesquisadores, outro ponto que pode ser entendido como um entrave. Falamos dos inúmeros trabalhos de orientandos postos em discussão, que com o tempo sofrem variações temáticas proporcionais à renovação destes mesmos orientandos; que ao mesmo tempo, caracteriza-se como causa e reflexo de uma ausência de agenda de pesquisa.

Outra discussão abordada neste trabalho são os limites da língua, ou mais precisamente, a necessidade de publicarmos em inglês. Entendemos que esta prática acaba sendo uma saída para se atender requisitos preconizados pela CAPES e pelos próprios programas de pós-graduação, bem como de buscar maior alcance dos trabalhos publicados. Entretanto, argumentamos que em certos casos esta prática tem se tornado um frenesi que coloca em risco a particularidade de objetos que não desvelem material empírico capaz de atender à universalização do conhecimento, em particular as desejadas por periódicos internacionais. É necessário demarcar que o ponto central do nosso argumento não diz respeito ao caráter semântico dos diferentes idiomas, mas necessariamente que a primazia do inglês é, antes de tudo, a primazia de uma racionalidade e a extensão

ideológica de uma condição concreta imposta pelas e nas organizações inseridas no modo de produção capitalista.

Este ponto tem estreita ligação com o terceiro eixo por nós abordado no texto, no caso, os desafios e as “peculiaridades” da busca pelo avanço teórico. No nosso entendimento, os avanços teóricos estão intimamente conectados ao supracitado caráter universalista da ciência, mas que em sua dialética inibem ou reduzem as possibilidades de uma geração de conhecimento a partir de objetos que carreguem consigo traços de um empirismo, de um provincianismo, fora de uma ótica racional e de uma lógica comum a países de centro.

Nos dois casos, colocamos em questão se os objetivos de internacionalização da produção acadêmica e se os requisitos de um avanço teórico não serão determinantes para as escolhas e os esquecimentos de determinados objetos de pesquisa. Em termos mais específicos, como deve ser trabalhado o aspecto singular de inúmeras organizações brasileiras construídas dentro de uma ótica que fuja à ideia normativa de organizações convencionais. Por fim, mas de forma alguma fechando o debate, como vamos nos apropriar dos nossos objetos que transitam entre o arcaico e o exótico para atender às exigências de superarmos nossas fronteiras.

O raciocínio, ensejado pela instrumentalização que transforma um texto em um valor (em pontos, mas também monetário, já que se vale o que se publica) esbarra em algumas peculiaridades da área e cria *obstáculos* que se tornam mais visíveis ao longo do tempo. Como a produção em Estudos Organizacionais é, em boa medida, mais próxima às ciências humanas que das ciências exatas, cada pesquisa gera um número finito de textos, que tem posicionamentos políticos estabelecidos explícita ou implicitamente no texto.

Além disso, a incorporação da lógica mercadológica pela academia pode abrir espaço para esquemas de exploração econômica que pouco tem a ver com a ciência, como congressos e periódicos oportunistas que cobram dos autores para publicar seus textos e que, neste sentido, têm incentivos para não serem muito rigorosos acerca da qualidade do que publicam. Embora seja necessário cuidado para sair taxando colegas e instituições, é claro que essa é uma discussão que deve ser travada pela academia brasileira: não raros acadêmicos são ativamente abordados para traduzir textos e publicar nestes periódicos internacionais, e com a pressão para que se diga algo em inglês, a proposta pode ser tentadora. Na linha do que apontam Patrus, Dantas e Shigaki (2015) o sistema de pontuação e ranqueamento atual tem ainda outro efeito potencial e perigoso: a quebra de vínculos de solidariedade. Uma academia meramente competitiva pode estimular que autores passem a empurrar ainda mais as regras do jogo



para acomodar, por exemplo, o boicote a colegas que possam ameaçar suas posições. Sabemos que essas práticas não são alheias ao sistema que já existe, mas sua disseminação pode ser aprofundada pela ideia de que não há espaço para todos e sim percentuais a serem ocupados.

O leitor deve ter percebido que os temas aqui estabelecidos se concentram nas atividades vinculadas à pós-graduação, muito em particular, na formalização dos resultados das pesquisas. O viés dado talvez seja fruto da miopia que assola nossa atuação na academia, fortemente valorizada – embora algo distante de muitos docentes e instituições – pelas atividades de pesquisa, desconsiderando a centralidade com que o ensino deve ser encarado. Tal abordagem, inclusive, deixa de lado as precárias condições de trabalho de boa parte dos docentes que têm que compor seu salário apenas com horas efetivamente em sala de aula, o que deixa pouco espaço para a dedicação a outras atividades. Além disso, outro ponto que não abordamos neste trabalho, pois foge do nosso escopo, se refere às regulações do ensino superior e as baixas exigências feitas em relação ao apoio à formação e desenvolvimento acadêmico dos professores, especialmente em instituições privadas. Assim, desde já fazemos nossa *mea-culpa* por reforçarmos esta distorção com a nossa escolha, mas somos conscientes que o debate aqui proposto se concentra tão somente em questões do academicismo.

## REFERÊNCIAS

Acharya, A., Verstak, A., Suzuki, H., Henderson, S., Iakhiaev, M., Lin, C. C., & Shetty, N. (2014). Rise of the rest: the growing impact of non-elite journals. *arXiv*, 1410.2217, v1.

Alatas, S. F. (2003). Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, 51(6), 599-613.

Alcadipani, R. (2011a). Academia e a fábrica de sardinhas. *Organizações & Sociedade*, 18(57), 345-348.

Alcadipani, R. (2011b). Resistir ao produtivismo: um ode à perturbação acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(4), 1174-1178.

Alcadipani, R., Khan, F., Gantaman, E., & Nkom, E. (2012). Southern voices in management and organization knowledge. *Organization*, 19(2), 131-143.

Bertero, C. O., Alcadipani, R., Cabral, S., Faria, A., & Rossoni, L. (2013). Os desafios da produção de conhecimento em Administração no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(1), 181-196.



British Council. (2014). *Learning English in Brazil: understanding the aims and expectations of the Brazilian emerging middle classes*. São Paulo: British Council.

Curry, S. (2014). *Open access and the direction of travel in scholarly publishing*. Ocam's Corner. The Guardian. Recuperado em 6 março, 2015, de <http://www.theguardian.com/science/occams-corner/2014/dec/09/open-access-direction-scholarly-publishing>

Chanlat, J.-F. (2014). A língua e o pensar no campo da pesquisa em administração: constatações e questões para os pesquisadores que não utilizam a língua inglesa. *Revista de Administração de Empresas*, 54(6), 706-714.

EF – Education First. (2016). *Índice de proficiência em inglês da EF*. Education First, 2016. Recuperado em 27 março, 2017, de <http://mediaefcomstatic-2681.kxcdn.com/~/media/centralefcom/epi/downloads/full-reports/v6/ef-epi-2016-portuguese.pdf>

Frigeri, M., & Alves, M. S. (2014). Qualis periódicos: indicador da política científica no Brasil? *Estudos de Sociologia*, 19(37), 299-315.

Hicks, D., Wouters, P., Waltman, L., Rijcke, S., & Rafols, I. (2015). The Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, 520(7548), 429-431.

Lukács, G. (1970). *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Marques, F. (2009). A escala da discórdia. *Pesquisa FAPESP*, 160, 32-34.

Merton, R. K. (1968). The Matthew effect in science. *Science*, 159(3810), 56-63.

Murphy, J., & Zhu, J. (2012). Neo-colonialism in the academy? Anglo-American domination in management journals. *Organization*, 19(6), 915-927.

Patrus, R., Dantas, D. C., & Shigaki, H. B. (2015). O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação *stricto sensu*: uma ameaça à solidariedade entre pares? *Cadernos EBAPE.BR*, 13(1), 1-18.

Pegino, P. M. F. (2014). *As relações acadêmicas de produção na pós-graduação em administração no Brasil*. Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil, 2014.



Piñero, C. L., & Hicks, D. (2015). Reception of Spanish sociology by domestic and foreign audiences differs and has consequences for evaluation. *Research Evaluation*, 24(1), 78-89.

Rosa, A. R., & Alves, M. A. (2011). Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? *Revista de Administração de Empresas*, 51(3), 255-264.

Spivak G. (2010). Can the subaltern speak? In R. Morris (Ed.). *Can the subaltern speak?* Reflections on the history of an idea. New York: Columbia.

Silva, A. O. (2009). A sua revista tem Qualis? *Mediações*, 14(1), 117-124.

## Para além das métricas: o que faz uma academia qualificada?

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os efeitos do produtivismo, dos rankings acadêmicos e da *aclamada internacionalização* na prática dos pesquisadores e na pesquisa científica realizada no Brasil. Consideramos que, embora seja um assunto muito discutido na academia, este não vem recebendo tratamento adequado, tendo em vista que poucos pesquisadores parecem estar satisfeitos com o cenário atual, ainda que não seja possível encontrar muitos esforços para transformá-los. Neste sentido, optamos por escrever um texto de cunho ensaístico, a partir da nossa área de estudos organizacionais, apontando questões ensejadas pela anglofilia, pelas métricas avaliativas e seus efeitos na academia nacional.

### Palavras-chave

produtivismo; pós-colonialismo; ethos acadêmico.

## Beyond metrics: what makes a qualified academy?

### Abstract

This paper aims to discuss some of the effects of productivism, academic rankings and the push to the internationalization. We reflect about how those processes affect the researchers' practices and the scientific research carried out in Brazil, especially in Management and Organization Studies. Although this is a much-discussed topic in the Brazilian academia, it is not getting the attention it deserves. At the same time, few researchers seem satisfied with the current state of affairs. From Management and Organization Studies field, we wrote an essayistic paper, pointing issues brought about by Anglophilia and the metrics of evaluation. We also approach how they may induce various effects on the Brazilian Academy.

### Keywords

productivism; post-colonialism; academic ethos.

## Más allá de las métricas: ¿lo que hace cualificada una academia?

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los efectos del productivismo, de los rankings académicos y de la deseada internacionalización en la práctica de los investigadores y en la investigación científica ejecutada en Brasil. Nosotros consideramos que, aunque sea un tema muy estudiado en la academia, este no ha recibido el debido tratamiento, en la medida que pocos investigadores parecen estar satisfechos con el escenario actual aún que no sea posible encontrar muchos esfuerzos para cambiarlos. En este sentido, hemos elegido escribir un texto con características ensayísticas desde nuestra área de los estudios organizacionales, señalando cuestiones del interés de la Anglofilia, de sus medidas de evaluación y sus efectos en la academia nacional.

### Palabras-clave

productivismo; poscolonialismo; ethos académico.

## Autoria

### Wescley Silva Xavier

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa. <http://lattes.cnpq.br/2862737729326123>. <https://orcid.org/0000-0003-3524-3566>. E-mail: [wescleysxavier@yahoo.com.br](mailto:wescleysxavier@yahoo.com.br).

### Amon Narciso de Barros

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Assistente da Fundação Getúlio Vargas. <http://lattes.cnpq.br/4260784595507233>. <https://orcid.org/0000-0002-9748-7788>. E-mail: [amon.barros@fgv.br](mailto:amon.barros@fgv.br).

### Endereço para correspondência

Wescley Silva Xavier. Universidade Federal de Viçosa, Campus Universitário, Departamento de Administração e Contabilidade, Avenida Prof. PH Rolfs, s/n. CEP: 36570-000, Viçosa, MG, Brasil. Telefone: (+55 31) 38991607.

## Como citar esta contribuição

Xavier, W. S. & Barros, A. N. (2017). Para além das métricas: o que faz uma academia qualificada? *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(9), 390-427.

*Contribuição submetida em 2 mar. 2016. Última versão recebida em 29 mar. 2017. Aprovada em 29 mar. 2017. Publicada online em 24 ago. 2017. Sistema de avaliação: double blind review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.*



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 4 | N. 9 | ABRIL | 2017 | ISSN: 2358-6311